Revista de Contabilidade Dom Alberto
ISSN 2317-6148

A EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES SOB A ÓTICA DA TEORIA DA LEGITIMIDADE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Raquel Tatiana Brum Antunes Ehlert[1]
Valdirene Vieira[2]
Berenice Beatriz Rossner Wbatuba[3]
Rosane Maria Seibert[4]

RESUMO

Sustentabilidade tem forçado as organizações a adotarem um novo estilo de gestão com seus públicos de interesse, que combine a divulgação da eficiência econômica, responsabilidade social e ambiental, para que elas sejam percebidas como legítimas na sociedade. O objetivo dessa pesquisa foi analisar como as empresas estão divulgando, as medidas adotadas e resultados alcançados no processo de prevenção e recuperação do meio ambiente em que estão inseridas para serem percebidas como cumpridoras do contrato social. Constitui-se num estudo exploratório e de caso, por meio de entrevistas. O corpo de análise foi composto por duas empresas de grande porte da região das Missões/RS. Ambas desenvolvem medidas de prevenção e recuperação ambiental, por exigência legal, do mercado ou por gestão estratégica, caracterizando assim, noção do contrato social implícito existente entre as empresas e a comunidade. A divulgação nos sítios da internet ou nos relatórios das empresas, ainda é incipiente, o que configura a falta de conhecimento sobre a utilização da contabilidade ambiental como elo entre a empresa e a sociedade, bem como, um ponto estratégico a ser desenvolvido pelas organizações a fim de serem percebidas como legítimas pelos diversos públicos sociais.

Palavras-chave: Divulgação da Responsabilidade Ambiental. Contabilidade Ambiental. Teoria da Legitimidade.

ABSTRACT

Sustainability has forced organizations to adopt a new management style with its stakeholders, which combines the promotion of economic efficiency, social and environmental responsibility, so that they are perceived as legitimate in society. The goal was to analyze how companies are touting the study, the measures taken and the results achieved on the prevention and recovery of the environment in which they operate to be perceived as meeting the social contract. Consists the exploratory case study. The analysis was composed of two large companies in the area of Missões/RS. Both develop environmental prevention and restoration required by law, the market or strategic management, thus characterizing the notion of the social contract between business and the community. Disclosure to stakeholders is still incipient in the websites or annual reports, which configures the lack of knowledge in the use of environmental accounting as a link between the firm and the society, as well as a strategic point to be developed by organizations in being perceived as legitimate by various social public.

Keywords: Environmental Disclosure, Environmental Accounting; Legitimacy Theory.

[1] Graduada em Ciências Contábeis pela URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; raqueltba@yahoo.com.br
[2] Graduada em Ciências Contábeis pela URI; valdirenevieira25@hotmail.com.
[3] Doutoranda em Desenvolvimento regional pela UNISC; Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ; Professora da URI; bwbatuba@santoangelo.uri.br.
[4] Doutoranda em Ciências Contábeis pela UNISINOS; Mestre em Administração pela PUC/RJ; Professora da URI; rseibert@santoangelo.uri.br.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento sustentável presente no dia a dia de toda a população, tem forçado às organizações a adotarem um novo estilo de gestão, prestação de contas e transparência com seus públicos de interesse, que combine a divulgação da eficiência econômica com a justiça social e a responsabilidade ambiental, caracterizadas pelo contrato social, para que elas sejam percebidas como legítimas na sociedade (MICHELON, 2011; MURCIA et al, 2008; O'DONOVAN, 2002).

Levando em consideração as imposições de ordem legal relativas à questão ambiental, a forte tendência dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos e, o fato do comportamento dos clientes estar voltado à expectativa de interagir com empresas que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que atuem de forma ecologicamente responsável, é que se faz imprescindível manter a sociedade informada acerca de sua relação com o meio ambiente e das providências que adotam objetivando preservá-lo, servindo a contabilidade ambiental como instrumento de elo entre as empresas e a comunidade, além de ajudar a classe empresarial a inserir em sua gestão a variável ambiental, criando mecanismos de registro, análise e interpretação dos fenômenos resultantes das ações com o meio ambiente, não apenas para atender a legislação, mas como um instrumental poderoso para o planejamento e tomada de decisões políticas e estratégicas. Em razão do exposto, o estudo procurou responder a seguinte questão: Como em duas das principais empresas de grande porte de um município da região das Missões/RS é divulgada a responsabilidade ambiental aos públicos de interesse?

Nesse sentido, o objetivo foi analisar como as empresas em estudo estão divulgando aos *stakeholders*, as medidas adotadas e resultados alcançados no processo de prevenção e recuperação do meio ambiente em que estão inseridas para serem percebidas como legítimas e cumpridoras do contrato social implícito.

O artigo segue pela fundamentação teórica onde apresenta conceitos e argumentos sobre o desenvolvimento sustentável e legitimidade das organizações, seguido da responsabilidade social e ambiental e a importância de sua divulgação pelas organizações, a contabilidade ambiental como instrumento de divulgação e elo entre a organização e a sociedade e ainda, a caracterização das

organizações objeto do estudo. Após apresenta-se a metodologia utilizada para o estudo com a classificação da pesquisa, corpo de análise, instrumento de pesquisa, coleta e análise dos dados. A seguir estão os resultados da pesquisa, contemplando a apresentação, constatações e inferências teóricas. Por fim, constam as considerações finais com encaminhamentos para futuras pesquisas e as referências bibliográficas utilizadas no estudo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Hoje, há consciência coletiva de que os recursos naturais são limitados, e não podem mais ser desperdiçados sob pena de comprometimento do equilíbrio ecológico do planeta. Essa conscientização universal conduzirá ao "desenvolvimento sustentável" (TRIGUEIRO, 2003, p.19).

Introduzido a partir das análises da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (BRUNDTLAND, 1988), o conceito de desenvolvimento sustentável largamente difundido é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades das futuras gerações. Assim, os recursos naturais devem ser utilizados de forma que possam ser atingidas todas as necessidades do presente sem comprometer às gerações futuras.

Para alcançar um desenvolvimento sustentável é preciso que todos, não só uma pequena parcela da população tenha o conhecimento de que os recursos naturais do planeta não são inesgotáveis e que se não forem tratados de maneira correta, com a atenção merecida, e com a elaboração de um planejamento, as gerações futuras serão prejudicadas com danos que possivelmente serão irreversíveis.

Ferreira (2011) enfatiza que o desenvolvimento sustentável tem como grande desafio superar diversos obstáculos, como por exemplo, em detrimento da preservação do meio ambiente, deixar de produzir determinado produto ou incorrer em custos elevados para sua produção, tornando-o extremamente caro e inviável para aquisição dos consumidores e, com isso, a organização correndo risco de deixar de ser competitiva no mercado, inclusive vindo a comprometer sua sobrevivência e assim, gerando desempregos e demais consequências inerentes à situação.

O conceito de desenvolvimento sustentável resgata a necessidade de um balanço entre fatores sociais, ambientais e econômicos, considerados os três vetores da sustentabilidade.

FIGURA 1 - Triple Botton Line

Fonte: Adaptada Dreosvg, 2009.

Meyer (2000) enfoca que nessa perspectiva o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta pontos básicos que devem considerar, de maneira harmônica, o crescimento econômico, uma maior percepção com impactos sociais decorrentes e o equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais.

LEGITIMIDADE DAS ORGANIZAÇÕES

Todas as organizações gostariam de ser admiradas por seus funcionários, parceiros de negócios, investidores, clientes, fornecedores, governo e a sociedade como um todo. Assim, as organizações buscam ser percebidas pelos seus públicos de interesse como legítimas e a fim de seus produtos e serviços serem consumidos (SANTANA, 2012).

As organizações buscam ter um bom relacionamento com a comunidade de sua inserção, pois este relacionamento é validado pela sociedade, que concederá legitimidade para que continue atuando nesta comunidade (SUCHMAN, 1995). Assim, a ideia central da teoria da legitimidade é de que para a organização existir e continuar operando com sucesso na comunidade em que está inserida, ela tem que agir dentro de limites, que geram credibilidade, os quais a sociedade identifica como comportamento social aceitável (SUCHMAN, 1995; O'DONOVAN, 2002). Ou seja, a legitimidade pode ser definida como uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis e apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, crenças, valores e definições (SUCHMAN, 1995). Se ela não cumprir com o contrato social, pode haver penalidades de natureza econômica, legal ou social (LINDBLOM, 1994).

Organizações entrantes em um novo setor ou em determinados setores da economia necessitam da aceitação de seus produtos e serviços e, por isso devem se esforçar para demonstrar coerência entre a sua dinâmica funcional e os valores culturais da comunidade, por meio de uma comunicação persuasiva e eficiente (SUCHMAN, 1995). Manter a legitimidade conquistada pela organização é mais fácil do que ganhar ou reparar, em razão desta legitimidade dificilmente ser reavaliada, pois a percepção do público tende a ser rotineira, a menos que algum fato grave aconteça para mudar a percepção dos *stakeholders* (Cho, Freedman e Patten, 2012; Phillip, 2003; Suchman, 1995) fazendo-a perder legitimidade (LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002).

Para a recuperação da legitimidade, a organização deve incialmente resolver o problema mais imediato avaliando os efeitos no seu público, para depois buscar a legitimidade mais global, por meio da reestruturação das estratégias utilizadas tanto para ganhar quanto para manter a legitimidade, sendo igualmente importante esgotar todas as possibilidades de existência de novos problemas que levariam à um prejuízo ainda maior (SUCHMAN 1995).

As estratégias para reparar, ganhar ou manter a legitimidade, perpassam pela percepção de mudanças futuras e de reações da sua audiência diante dos novos desafios, buscando proteger as realizações passadas convertendo a legitimidade percebida eventualmente em contínua, defendendo, reforçando ou aumentando a legitimidade (LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995).

RESPONSABILIDADES SOCIAL E AMBIENTAL

O compromisso com o ser humano, de acordo com Braga (2009), tanto está dentro da empresa, por meio do desenvolvimento profissional dos colaboradores e da melhoria de qualidade de vida destes, como na comunidade, decorrentes dos efeitos provocados pelas suas ações sociais, mudando o comportamento humano dos cidadãos.

O meio ambiente é um elemento essencial para vida por isso deve ser tratado como um tema transversal de responsabilidade social e ambiental nas organizações, porque envolve, além do próprio meio (visão ecológica), todas as realizações destes com o homem, seja por meio do processo de educação ambiental, de descartabilidade de recursos, de prevenção e de recuperação de impactos, ou decorrentes da própria existência humana e suas relações com o meio ambiente (BRAGA, 2009; PARKER, 2005).

A questão ambiental convoca diversos campos do saber a depor e diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza (Gonçalves, Desiderioi, & Gutierrez, 2006). Atualmente a preocupação com o dano ambiental ultrapassa as fronteiras de um estado que antes agia isoladamente, passando a ser uma preocupação de nível global (BRAGA, 2009, p.27).

Embora o envolvimento das organizações seja cada vez mais notório, no sentido de aumentar os seus índices de satisfação perante seus públicos de interesse em relação aos cuidados com o meio ambiente, ainda percebe-se que "se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental (BARBIERI, 2007, p. 113).

Resta claro que o exercício da responsabilidade social associa-se a noção de sustentabilidade, visando conciliar os três vetores: econômico, social e ambiental (Meyer, 2000), auxiliando as organizações a se legitimar e continuar operando com sucesso na comunidade em que está inserida (Parker, 2005; Suchman, 1995).

A questão ambiental vem enfatizando a necessidade de adaptação por parte das organizações, conduzindo a novos caminhos para sua expansão ou tão somente sua própria manutenção no mercado. Há urgência de mudança de paradigma, de visão empresarial, de objetivos, valores e estratégias que conduzam à nova realidade de mercado globalizado, internacionalizado, corretamente ecológico e socialmente justo, pois o atual paradigma de desenvolvimento calcado em um modelo meramente capitalista, não será sustentável ao longo dos tempos, visto que os recursos naturais são esgotáveis, finitos, se mal utilizados. Somente através de práticas empresarias sustentáveis, capazes de provocar mudanças em seus processos operacionais, que as organizações estarão engajadas à ideia de desenvolvimento sustentável com efetiva responsabilidade social e ambiental (Kramer, 2005) e assim sendo percebidas como legítimas na sociedade (CHO, FREEDMAN E PATTEN, 2012; O'DONOVAN, 2002; SHOCKER & SETHI, 1973).

DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Partindo da premissa anteriormente vista de que as organizações operam na sociedade por meio de um contrato social (expresso ou implícito) que garanta benefícios à comunidade em que está inserida e, que para ser reconhecida legítima a sociedade necessita perceber o cumprimento do contrato social (SUCHMAN, 1995), é imprescindível que as organizações precisam se comunicar e

prestar contas de seu comportamento ao seu s públicos de interesse, aqui entendidos como clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros, governo, investidores e comunidade geral(SHOCKER & SETHI, 1973; LINDBLOM, 1994).

A divulgação de informações por parte das organizações deve ser cautelosa a fim de evitar conflitos nos julgamentos dos *stakeholders.* A divulgação das informações e o uso que o seu público faz de tais divulgações (Lindblom, 1994) está intimamente associada a percepção de legitimidade das organizações (SUCHMAN, 1995), bem como, a imposição legal não é condição suficiente para legitimar uma organização, haja visto, que se assim o fosse, bastaria a divulgação dos dados econômicos e financeiros, por meio das demonstrações contábeis, esquecendo-se da contabilidade social e ambiental (LINDBLOM, 1994).

De acordo com o *Global Reporting Iniciative* (GRI), as principais categorias de divulgação das organizações são: financeira, ambiental e social. As informações financeiras são relevantes para a transparência das organizações e servem para demonstrar onde elas estão investindo seus recursos e quais os seus resultados e devem contemplar a *performance*, a posição financeira, as oportunidades de investimentos, governança e risco dos negócios da empresa, embora o conceito de legitimidade ser distinto de valor econômico, a transparência do desempenho no mercado é também condição necessária para o reconhecimento da legitimidade (LINDBLOM, 1994).

Já considerando a perspectiva dos *stakeholders,* a divulgação das questões sociais e ambientais deve ser feita por qualquer tipo de organização visto a associação positiva entre a *performance* financeira das corporações e o *disclosure* social e ambiental, embora perceba-se que as organizações divulgam mais por pressão pública do que por reconhecerem a importância deste *disclosure* (WISEMAN, 1982).

CONTABILIDADE AMBIENTAL

A partir da década de 70 começam aparecer empresas mais preocupadas com o meio ambiente, pois surgem problemas de gestão ambiental e as organizações passam a exigir da contabilidade informações que possam ajudar a solucionar esses problemas e assim a Contabilidade Ambiental surge como ferramenta para mensuração e geração de informações úteis e relevantes, cujo objetivo principal é promover o crescimento econômico, juntamente com o desenvolvimento sustentável.

Paiva (2006, p. 17) define Contabilidade Ambiental como “a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”. Ainda, “a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim uma segmentação da tradicional e já amplamente conhecida” (Costa, 2012 p.38).

A contabilidade ambiental classifica-se, de acordo com a Agência de Proteção Desenvolvimento - EPA, em três tipos: Nacional, Gerencial e Financeira conforme demonstrado no quadro 01 a seguir:

QUADRO 01 – Classificação da Contabilidade Ambiental

Tipos de Contabilidade Ambiental	Enfoque	Informações dirigidas ao usuário
Contabilidade Nacional	(Macroeconômico, Economia Nacional) – É uma medida macroeconômica. O termo Contabilidade Ambiental, neste caso, refere-se à Economia Nacional, p. e. quando considera unidades físicas ou monetárias de acordo com o consumo de Recursos Naturais da Nação, sejam renováveis ou não renováveis. Neste contexto, a Contabilidade Ambiental tem sido denominada “Contabilidade de Recursos Naturais”.	Externo
Contabilidade Financeira (Ambiental)	(A empresa) – É relacionada com a preparação dos demonstrativos contábeis, baseados nos Princípios Fundamentais de Contabilidade dos EUA (*Generally Accepted Accounting Principles* – (GAAP) e *Financial Accounting Standards Board* – FASB). Neste contexto, objetiva a mensuração, avaliação, estimação e informação das responsabilidades ambientais do ponto de vista financeiro e sua divulgação aos *stakeholders*.	Externo
Contabilidade Gerencial ou de Custos	(A empresa, Departamentos, Linha de Produção etc.) – Tem por objetivo o processo de identificação, compilação e análise de informação, principalmente para fins internos. Está dirigida à gestão de resultados, que compreende a produção, os custos e as receitas, em especial para tomada de decisões.	Interno

Fonte: Adaptado de COSTA apud FERREIRA. (2011, p.39).

Assim, pode-se afirmar que existem três possíveis contextos onde se aplica a contabilidade ambiental, ou seja, um relacionado aos aspectos macroeconômicos (nacional), e outros dois (gerencial e financeiro) englobando aspectos da realidade microeconômica, aplicáveis em empresas, como é o caso do estudo em questão.

Mensuração da contabilidade ambiental ou quantificação de determinados elementos ambientais, em especial, os considerados intangíveis, tem sido um ponto muito questionado até então, pelo fato de não se conseguir mensurar efetivamente os resultados econômicos e financeiros alcançados com a gestão dessas contas ambientais. Dessa forma, mesmo sendo complexa a

mensuração das contas ambientais, é fundamental que a contabilidade as registre com valores confiáveis, procurando sempre a verdadeira posição dos eventos ambientais na empresa, podendo-se definir como evento ambiental qualquer interação da entidade com o meio ambiente que gere consequências econômicas presentes ou futuras, tendo em vista as normas regulamentadoras ou de responsabilidade social a que a organização está sujeita (COSTA, 2012).

Após o registro e mensuração dos eventos ambientais, um dos papéis mais importantes da contabilidade ambiental, é evidenciá-los de forma clara a fim de demonstrar aos *stakehoulders* (SUCHMAN, 1995; PHILLIP, 2003), a atuação de determinada empresa com o meio ambiente em que está inserida. Assim, o conjunto das demonstrações contábeis pode ser o canal adequado para tais evidenciações.

As demonstrações contábeis em sentido geral representam a posição patrimonial e financeira em determinada data e tem como objetivo fornecer as informações necessárias sobre a posição patrimonial e financeira de uma entidade, o que auxilia no processo de tomada de decisão.

As formas da evidenciação de fatos ou transações ambientais mais tradicionais são compostas pelo relatório de administração e notas explicativas, e as formas alternativas, ainda um pouco incipientes, são encontradas nas páginas da Internet e divulgações esporádicas em revistas de grande circulação, como o Balanço Social.

CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES OBJETO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada em duas empresas localizadas em uma cidade na região das Missões no estado do Rio Grande do Sul e por questões éticas elas serão denominadas de empresa “A” e empresa “B”.

EMPRESA A - é uma sociedade limitada especializada na fundição de ferro (cimento e nodular) e usinagem, com mercado fortemente atuante tanto a nível regional quanto nacional, controle de capital nacional e de caráter privado Possui uma elevada experiência em todos os processos de fabricação, que somados aos investimentos constantes em novas tecnologias e no aprimoramento profissional dos colaboradores, proporciona um ambiente altamente qualificado e produtivo, resultando em soluções diferenciadas em fundidos.

A preocupação com a preservação do meio ambiente é uma constante que está presente em todas as fases de seu processo produtivo. Ela entende que os investimentos no tratamento dos resíduos de produção são investimentos na preservação da vida e que fazem parte da qualidade de

seus produtos. O tratamento dos resíduos das diversas atividades da empresa segue rigorosamente as normas de controle nacional e internacional.

Tem como Visão: a satisfação de clientes, colaboradores, sócios e comunidade. E como Missão: oferecer soluções em fundidos com qualidade e tecnologia adequada.

EMPRESA B - é uma sociedade anônima que atua na área de Alimentos e Bebidas cuja forma de controle de capital também é essencialmente nacional e de caráter privado. Fundada em 1948, é líder nos mercados em que atua. Sua estrutura é formada por três fábricas na região sul do Brasil, além de cinco centros de distribuição em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desenvolve práticas que propõe a segurança de seus colaboradores, parceiros e fornecedores. Neste sentido, estruturou uma série de ações que objetivam a conformidade dos processos e dos negócios da empresa, cumprindo exigências legais e comerciais.

Nos últimos anos tem investido na implementação de estratégias que façam andar juntos, o desenvolvimento socioambiental e desempenho econômico e financeiro da empresa. Tem como Visão: Nossos produtos e serviços encantarão o mercado de bebidas. E como sua Missão: Colocar ao alcance das pessoas a bebida que garanta satisfação e prazer.

Finalizada a etapa de discussão dos conteúdos básicos, apresenta-se, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo.

METODOLOGIA

O estudo seguiu a metodologia proposta pela tipologia de (Vergara, 2011) que classifica a pesquisa quanto aos fins em: Exploratória, pois pretendeu atingir uma área na qual há pouco conhecimento acumulado; Descritiva, porque descreveu as medidas adotadas e os resultados encontrados pelas empresas em estudo com apreciação dos processos de prevenção e recuperação do meio ambiente e Explicativa – porque explicou como as referidas empresas vêm divulgando essas medidas e resultados alcançados aos seus públicos de interesse, a fim de serem percebidas como legítimas pela sociedade.

Quanto aos meios a pesquisa foi: Bibliográfica; Documental direta (demonstrativos contábeis) e indireta (realizada em outras formas de divulgação dos eventos ambientais, que não os demonstrativos contábeis tradicionais, tais como páginas na internet ou relatórios agregativos); Estudo de caso duplo.

O corpo e análise desta pesquisa foram duas das principais empresas de grande porte de um município da região Missões/RS, sendo uma empresa o tipo Sociedade Anônima e a outra Sociedade Limitada. Os sujeitos da pesquisa foram os gerentes diretamente ligados à gestão ambiental.

A obtenção de dados e informações a respeito das organizações se deu por meio de uma pesquisa documental em dados secundários (fontes já levantadas através de livros, artigos reportagens, além de pesquisa no sítio da internet das referidas organizações). No estudo de caso, as informações foram coletadas através entrevistas semiestruturadas e aplicadas pessoalmente pelas pesquisadoras aos gestores responsáveis pela gestão ambiental das empresas.

Os dados foram tratados de forma qualitativa, analisados os resultados obtidos através das entrevistas, por meio da análise de conteúdo, com a finalidade de apresentar como as referidas empresas vêm divulgando a responsabilidade ambiental aos seus públicos de interesse, a fim de serem percebidas como legítimas pela sociedade.

RESULTADOS DA PESQUISA

O estudo apresenta à análise dos resultados com base nos dados obtidos em duas das principais empresas de grande porte localizadas em um município da região das Missões/RS. A primeira empresa, denominada de “A” é uma sociedade limitada e refere-se a uma indústria especializada na fundição de ferro (cimento e nodular) e sua usinagem. Já a segunda, denominada de “B”, é uma sociedade anônima e refere-se a uma empresa de fabricação e distribuição de refrigerantes.

Foi aplicada entrevista semiestruturada aos gestores responsáveis pela questão ambiental nestas duas empresas, entre os dias 20 de maio a 18 de junho do ano de 2013, a fim de verificar como elas vêm tratando a referida questão, sob a ótica da teoria da legitimidade (Suchman 1995).

Para melhor compreensão e análise, os resultados do estudo serão apresentados de acordo com o foco das questões aplicadas aos sujeitos da pesquisa, contendo as respostas das empresas que constituíram a amostragem deste estudo. Dessa forma, os resultados serão subdivididos em 4 itens, a saber: Avaliação do conhecimento dos gestores sobre o uso da contabilidade ambiental na divulgação dos atos praticados pela organização relacionados a reponsabilidade ambiental; Ações relacionadas à gestão ambiental; Aspectos legais e, Ações ambientais desenvolvidas para a comunidade

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS GESTORES SOBRE O USO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA ORGANIZAÇÃO RELACIONADOS A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Os questionamentos iniciais referiam-se ao conhecimento dos gestores sobre a utilização da contabilidade ambiental como instrumento capaz de auxiliá-los na tomada de decisões relacionadas ao processo de preservação e recuperação do meio ambiente, principalmente no que se refere à identificação e mensuração dos eventos ambientais, além de servir como elo entre a organização e a comunidade na busca pela manutenção da legitimidade. Nesse sentido, os resultados da pesquisa apontam pela falta de conhecimento dos gestores de ambas as empresas, sobre a importância e utilização da contabilidade ambiental como forma mensuração e divulgação aos seus *stakeholders* das medidas e resultados alcançados nos processos de prevenção e recuperação ambiental. Dois foram os motivos alegados à falta de conhecimento: a empresa "A" respondeu que é devido à falta de necessidade de aplicação na empresa e por não ser exigido legalmente. Já a empresa "B" respondeu que esse desconhecimento deve-se ao fato da incipiência do tema no Brasil.

Com relação à utilização de contas específicas para registro das ações relacionadas à Gestão Ambiental, a empresa "A" possui e registra principalmente em conta especifica de gastos ambientais. Já a empresa "B" não evidencia em conta especificas e justifica esta atitude devido à falta de um plano de contas adequado à gestão ambiental, o que pode ser retratado como uma falta grave na gestão ambiental, uma vez que a contabilidade é um poderoso instrumento capaz de auxiliar os gestores no gerenciamento do meio ambiente e na tomada de decisões mais precisas em relação a seus processos.

Os gastos com tratamento de resíduos na empresa "A" são devidamente registrados em conta específica de gastos ambientais, enquanto que na empresa "B", estes gastos são registrados em outra rubrica não relacionada à gestão ambiental.

A empresa "A" informou ter adquirido recentemente equipamentos para reduzir e tratar os seus resíduos, entendendo que os investimentos no tratamento dos resíduos de produção são investimentos na preservação da vida e que fazem parte da qualidade de seus produtos efetuando o monitoramento com indicadores, reuso e metas de redução, além de modernos equipamentos que são utilizados para a remoção e filtração dos contaminantes que garantem não só melhores condições de trabalho, como também, a eliminação de contaminantes no meio ambiente, porém, lamenta-se o fato

da empresa não efetuar o registro contábil em conta específica de ativo ambiental e, sim, junto às demais máquinas e equipamentos da empresa.

Quanto à empresa "B", esta respondeu não ter adquirido recentemente equipamentos para reduzir e tratar os seus resíduos, mas que possui metas de reciclagem, processos para diminuir o impacto ambiental e tem investido nos últimos anos na implementação de estratégias que façam andar juntos o desenvolvimento da responsabilidade socioambiental e o desempenho econômico financeiro da empresa, como exemplo, utiliza plásticos e vidros recicláveis, além de ter inovado com a utilização de uma embalagem feita com resina de cana de açúcar, através do qual e segundo informações do gestor, tem economizado cerca de 900 toneladas de petróleo por ano.

Tanto a empresa "A" quanto a empresa "B" não possuem nenhum tipo de passivo ambiental reconhecido contabilmente, segundo as informações fornecidas pelos gestores entrevistados.

Constatou-se que ambos os gestores das empresas em estudo não possuem opinião formada acerca dos benefícios ou vantagens que a aplicação da contabilidade à gestão ambiental poderia proporcionar à empresa, porém o gestor da empresa "A" arriscou defender a ideia de que um dos benefícios poderia ser uma maior garantia de perpetuar a empresa, visto sua relação consciente e responsável com o ambiente. Ainda, como ambas as empresas responderam que não aplicam a Contabilidade Ambiental em sua Gestão, a publicação de informações ambientais é realizada por outros meios, tais como, site da empresa e também por meio das Auditorias Externas.

AÇÕES RELACIONADAS À GESTÃO AMBIENTAL

As questões seguintes tiveram por foco principal a gestão ambiental, no que se refere às medidas relacionadas a conservação ambiental, a política ambiental e gestão de metas ambientais, bem como, o desenvolvimento ou não de treinamentos voltados a conscientização e alcance de metas ambientais.

Diante dos questionamentos aplicados, ambas as empresas afirmaram possuir alguma medida relacionada a gestão ambiental e que tais medidas são adotadas devido à exigência legal e medida de gestão estratégica, salientando-se que a empresa "A" ainda, relacionou a existência de medidas devido a exigência (necessidade) do mercado consumidor e justificou que com o crescente aumento da concorrência entre as empresas, torna-se cada vez mais essencial que os gestores desenvolvam medidas estratégicas para conquistar novos clientes, uma delas esta relacionada com a questão ambiental, por se tratar de um tema novo, torna-se um diferencial agregador de valor para as

empresas. Destarte, a empresa "A" trata os resíduos produzidos nos processos produtivos, seguindo rigorosamente as normas de controle nacional e internacional. Um exemplo citado pelo gestor é a areia descartada na fundição, que é considerado um dos maiores problemas na geração de resíduos sólidos. A empresa em questão, preocupada com o meio ambiente, vem desenvolvendo alternativas para a reutilização desta areia, onde um dos principais projetos desenvolvidos está na utilização desta areia como matéria prima para construção de pavimentos (blocos) de concreto que são comercializados.

Com relação a possuir políticas ambientais definidas, ambas as empresas responderam que possuem políticas formais, expondo e declarando os seus princípios e intenções em relação ao seu desempenho ambiental e as metas as quais desejam atingir em relação à preservação ambiental. As empresas informaram ainda, que possuem programas de treinamento para a conscientização e o alcance das metas ambientais, tais como palestras relacionadas a questão ambiental, abordando a correta utilização dos recursos naturais, assim como treinamentos realizados sobre a coleta seletiva do lixo e reciclagem oferecidos especificamente para os funcionários, pois entendem que os mesmos devem possuir consciência dos danos que alguns processos de fabricação dos produtos podem causar, prejudicando em grande escala o meio ambiente.

As empresas afirmam fazer tanto o tratamento primário quanto secundário de seus resíduos decorrentes de processos produtivos, sejam eles resíduos líquidos, sólidos ou gasosos, sendo que a empresa "A" utiliza-se da classificação de seus resíduos e quando tecnicamente viáveis, os resíduos são transformados em produtos comercializáveis, ou matérias primas a serem usadas como insumos em outros processos de produção, enquanto que os resíduos não recicláveis são corretamente destinados ou tratados, conforme exigências legais. A Empresa "B" possui soluções para o tratamento de efluentes e sistemas de produção que preservam os recursos naturais. Tanto o plástico como o vidro que a empresa utiliza para acondicionar seus produtos, são recicláveis, além disso, promove projetos direcionados para redução da geração de seus resíduos, como por exemplo, a iniciativa de diminuição da gramatura de embalagens pet e das tampas de garrafas, representando uma significativa diminuição do uso do plástico.

ASPECTOS LEGAIS

Neste item o foco das questões aplicadas fora verificar as ações das empresas em relação ao aspecto legal da questão ambiental. Nesse sentido constatou-se que ambas as empresas possuem certificação ambiental e geralmente referem-se à Série ISO 14000, a qual padroniza os processos de

fabricação, o que é importante, tanto em relação à questão de preservação, como também em razão de constituir fator atrativo para clientes, fornecedores, parceiros e investidores que se sentem mais seguros por estarem transacionando com empresas certificadas.

A empresa “A” informou que possui certificação de 5 a 10 anos e que os resultados alcançados após a certificação da Série ISO 14000, fora a melhoria no desempenho operacional, reduzindo o consumo de água e energia e também um gerenciamento de resíduos, além de uma melhoria nos negócios. Já a empresa “B”, possui certificação de 2 a 5 anos e, que o principal resultado alcançado foi na área organizacional, o que engloba a estruturação de uma política ambiental interna, planejamento, prevenção, comunicação, conscientização e comprometimento, além de uma melhoria também no desempenho operacional. Percebe-se uma diferença temporal do uso de certificação ambiental entre as duas empresas, o que demonstra mais uma vez que o tema abordado nesta pesquisa ainda é pouco incipiente na região.

Com relação às regras da série ISO 14000 adotadas, ambas as empresas responderam que adotam apenas auditorias ambientais, ou seja, é avaliada a adequação da empresa referente à critérios ambientais, porém, seria interessante que as empresas adotassem pelo menos mais uma regra, pois assim estariam agregando mais valor aos seus produtos, conquistando mais os seus públicos de interesse e com isso, sendo ainda mais percebidas pela sociedade como legítimas e cumpridoras do contrato social, além de colaborar com o desenvolvimento sustentável da região de sua inserção.

Ainda, o estudo buscou investigar a responsabilidade na gestão ambiental e verificou que nas duas empresas essa responsabilidade é formal e declarada sendo que na empresa A, a área corporativa que responde pela gestão ambiental é a de Recursos Humanos, já na empresa “B”, essa responsabilidade se dá através de um Sistema de Gestão Integrada, porém, todos os, gestores e funcionários devem possuir conhecimento sobre o tema, para que assim todos colaborem com o desenvolvimento sustentável em cada uma de suas áreas.

Averiguou-se também, que os impactos ambientais provocados pelas atividades são conhecidos pela alta administração de maneira documentada em ambas as empresas, o que é muito importante, pois os gestores devem ter a consciência dos efeitos que suas atividades operacionais causam ao meio ambiente. Assim, quando reconhecidos os impactos ambientais estes se referem a todos os processos, no caso da empresa “A” enquanto que para a empresa “B” tais impactos se referem apenas aos processos produtivos.

AÇÕES AMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PARA A COMUNIDADE

Neste item buscou-se identificar se as empresas promovem ações ambientais para a comunidade em que estão inseridas e de que forma o fazem. Assim, a empresa "A" disse não promover este tipo de projeto, mas a Empresa "B" respondeu que promove e que não poupa investimentos para levar qualidade de vida à população. Promovem projetos que visam habilitar a comunidade e desenvolver práticas ambientalmente sustentáveis. São iniciativas à capacitação de jovens, empreendedores, clientes e funcionários, além de diversas outras oportunidades. A empresa participa desde o ano de 2003 do "Projeto Pescar", onde jovens são capacitados em vendas e atendimento ao cliente e, além de formação voltada à cidadania, com conteúdos como saúde, meio-ambiente e ecologia, comunicação, autoestima, ética, criatividade, estrutura e planejamento familiar, ambiente de trabalho, direitos e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido com o intuito de verificar como duas das principais empresas de grande porte de um município da região das Missões/RS, vêm divulgando a responsabilidade ambiental aos seus públicos de interesse, a fim de se legitimar ou manter a legitimidade perante a comunidade onde está inserida.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram feitas entrevistas aos gestores responsáveis pela questão ambiental nas duas empresas objeto do estudo. Com base nos resultados obtidos na análise do instrumento de pesquisa, pode-se perceber claramente que as empresas questionadas não possuem conhecimento sobre a contabilidade ambiental e apontaram motivos como a incipiência do tema no país, mesmo assim, desenvolvem medidas relacionadas à conservação ambiental por motivo de exigência legal, de gestão estratégica e, por exigências do mercado consumidor.

Essa falta de conhecimento na utilização da contabilidade ambiental por parte das empresas evidencia a necessidade do desenvolvimento de estudos sobre o tema e de sua divulgação para os gestores e profissionais da área contábil-administrativa.

As empresas possuem políticas ambientais definidas com clara gestão de metas, utilizando-se de treinamentos internos para seus funcionários com objetivos de atingir as metas ambientais traçadas. Ambas as empresas possuem certificação da Série ISO 14000 e demonstraram que

obtiveram resultados positivos depois desta certificação, melhorando o desempenho operacional e aumentando a rentabilidade de seus negócios.

De igual forma, ambas as empresa trabalham para a redução dos impactos ambientais causados pelos seus processos produtivos, possuindo meios para o tratamento de seus resíduos e até mesmo quando tecnicamente possível, transformando-os em produtos comercializáveis para a geração de receita ambiental ou reciclando materiais que se jogados no ambiente sem a correta destinação e tratamento, causariam danos ao meio ambiente.

Porém, observa-se que apesar das empresas desenvolverem ações destinadas à redução, minimização ou recuperação dos impactos causados pelos resíduos de seus processos produtivos, elas não se utilizam da contabilidade ambiental para registrar e evidenciar tais ações, tratando de forma análoga às ações tradicionais da empresa, não fazendo, portanto, separação dos eventos ambientais em sua contabilidade.

A evidenciação e publicação de informações relacionadas à questão ambiental para conhecimento de seus colaboradores, investidores, sócios, parceiros e comunidade em geral é realizada por outros meios, tais como, site da empresa e também por meio das Auditorias Externas.

Assim, recomenda-se que a empresa não só faça ampla divulgação das ações e medidas adotadas e dos resultados alcançados com sua gestão ambiental entre o público interno e externo, mas que, principalmente, façam uso da contabilidade ambiental para registrar e evidenciar as ações, medidas e resultados, pois ela é um importante instrumento que permitirá às empresas subsidiar e provendo o desenvolvimento sustentável, além de prestar conta à sociedade e demais usuários, informações que expõe em termos econômicos, as ações desenvolvidas na preservação e recuperação do meio ambiente em que se inserem, mostrando assim, que cumpre com o contrato social implícito.

Embora a contabilidade ambiental seja incipiente e pouco divulgada, com avanços modestos na identificação, mensuração e evidenciação dos eventos ambientais nas demonstrações contábeis, a necessidade de fornecer informações cada vez mais detalhadas, precisas e adequadas, tanto para auxiliar o gestor na tomada de decisão de ações e medidas relacionadas à questão ambiental, para os investidores, sócios e principalmente consumidores, é cada vez mais presente.

Nesse sentido ainda, sugere-se que as empresas possuam um departamento específico que cuide da área ambiental, capaz de promover a avaliação dos processos operacionais para identificar os eventos/transações que geram e minimizam impactos ambientais, visando à prevenção, ao monitoramento e à recuperação dos mesmos, mas que também faça utilização da contabilidade

ambiental para registrar e evidenciar, de forma transparente, todas essas ações, medidas e resultados alcançados, para dessa forma manter e ampliar a legitimidade conquistada.

Por fim, o estudo se ateve a duas empresas da região das Missões que demonstraram usar pouco a contabilidade ambiental com fins de mostrar sua responsabilidade perante seus públicos de interesse, negligenciando o *disclosure* por meio da contabilidade ambiental como ferramenta para demonstrar o cumprimento do contrato social e para evoluir o reconhecimento de legitimidade. Sendo assim, ficou o questionamento: Outras empresas usam a contabilidade ambiental com mais eficácia? Isto remete à possibilidade de muitos outros estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial:** conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental:** ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Org). **O nosso futuro comum**. Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1988.

CHO, Charles H. FREEMAN, Martin. PATTEN, Dennis M. Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternatives theories. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, 486-507, 2012.

COOPERS, P. W. **Integral Business:** integrando sustentabilidade e estratégia de negócios. São Paulo: Atlas, 2003.

COSTA , C. G. **Contabilidade Ambiental:** mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

DREOSVG, Johann. Triple Botton Line reporting. New South Wales, Austrália, 2009. Disponível em: Http://water.unsw.edu.au/site/research/sustainability-assessment/triple-botton-line-reporting. Acesso em 06 nov 2013.

FERREIRA, A. C. **Contabilidade Ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, A., Desiderioi, A., & Gutierrez, G. L. A Responsabilidade Social das Empresas. **ORG & DEMO**, v.7 n 1/2- Jan-Jun; Jul-Dez, 2006.

KRAEMER, M. P. 07 de 2005. *http://www.gestiopoli.com/canales5/fin/resocial.htm*. Acesso em: 05 out.2012.

LINDBLOM, C. The implications of organizational legitimacy for corporate social performace and disclosure. **Critical Perspectives on Accounting Conference**, s/n., 1994.

MEYER, M. **Gestão ambiental no setor mineral:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Florianópolis, Santa Catarina, RS, 2000.

MICHELON, Giovanna. Sustainability disclosure and reputation: A comparative sudy. **Corporate reputation review,** p. 79-96, 2011.

MÚRCIA, Fernando D.R. et al. Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, p. 260-278, 2008.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, auditing and accountability Journal**, p. 344-371, 2002.

PAIVA, P. **Contabilidade Ambiental:** Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2006.

PARKER, Lee D. Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, p. 842-860, 2005.

PHILLIPS, Robert. Stakeholder Legitimacy. **Business Ethics Quarterly**, p. 25-41, 2003.

SANTANA, A. Three Elements of Stakeholder Legitimacy. **Journal Business Etchis**, p. 257-265, 2012.

SHOCKER, A., & Prakash SETHI, S. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. **California Management Review**, p. 97-105, 1973.

SUCHMAN, M. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management Review**, p. 571-610, 1995.

TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século XXI**. . Rio de Janeiro: Sextame, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios em Administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

WISEMAN, J. An evaluation of environmental disclosures made in corporate Annual Reports Accounting. **Organizations and Society**, 53-63, 1982.

Data recebimento do artigo: 05/02/2014
Data do aceite de publicação: 10/04/2014